



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1394/09	DATA: 03/09/2009
INÍCIO: 10h44min	TÉRMINO: 11h30min	DURAÇÃO: 46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 45min	PÁGINAS: 18	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Tendo sido distribuída cópia da ata da 2ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago se há necessidade da leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 2ª reunião.

Passamos à Ordem do Dia, à apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

Requerimento nº 1, de 2009, da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, que *“requer a realização das audiências públicas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para sugerir ações positivas para a Região Norte, com a presença de autoridades da área de segurança dos Estados, bem como representantes dos movimentos sociais”*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Sr. Relator, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu acredito que nós temos que tentar manter um planejamento desse processo inicial do trabalho da Comissão de acordo com as discussões de trabalho que nós temos feito. Então, não é uma questão de ser contra ou a favor do requerimento, mas da oportunidade de já entrarmos nesse tipo de decisão, que do meu ponto de vista até pode ser aprovado, mas sem a necessidade de ser uma coisa pautada nessa primeira fase do trabalho, porque isso de certa forma conflita um pouco com o nosso planejamento.

Até para informar aos demais Parlamentares e integrantes da Comissão e demais pessoas que acompanham o trabalho da nossa CPI, a princípio nosso planejamento prevê que nós aproveitaríamos este mês de setembro para nivelar,



entre os integrantes da Comissão, uma opinião sobre indicadores, índices, um conjunto de elementos que nos permitam ter até o final deste mês uma espécie de radiografia atualizada do cenário da segurança pública no Brasil.

Inclusive, Sr. Presidente, a nossa ideia é que os colegas Deputados, até a próxima terça-feira ainda, possam apresentar sugestões de nomes, e nós apresentaremos uma proposta de calendário, inclusive realizando um seminário, até o final deste mês, com especialistas, cumprindo então esse objetivo de durante o mês de setembro fazer com que esse debate aconteça da melhor maneira possível. Isso não é contraditório, evidentemente, com outras iniciativas que buscam já maior conhecimento a respeito de determinadas questões que estão acontecendo no Brasil, e assim por diante.

Então, eu não tenho uma posição de mérito, mas não sei se seria o caso de deixarmos esses requerimentos — não sei se regimentalmente, inclusive, é possível — para uma oportunidade adequada.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Sr. Relator, nós entendemos, concordamos com S.Exa., esta Presidência concorda em número, gênero e grau. Ficou definido nos trabalhos internos que nós temos feito que num primeiro momento desta CPI nós buscaríamos um trabalho de diagnóstico, de levantamento estatístico, de levantamento de elementos, para que nós pudéssemos, a partir daí, buscar entendimento no sentido de tratarmos mais especificamente das regiões do País, das questões mais específicas de cada uma, mas proponho que os requerimentos, como fizemos na Comissão de Segurança, requerimentos feitos pelos Parlamentares da CPI, sejam submetidos ao Plenário, aprovados e depois, dentro da conveniência e da oportunidade da direção da CPI, de acordo com V.Exa., possamos ir contemplando os requerimentos aprovados na mesma.

Dando prosseguimento, Requerimento nº 1, de 2009, da Deputada Vanessa Grazziotin. Vamos colocá-lo em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 1.

Em discussão o segundo requerimento, que passo a ler.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, eu queria contestar essa aprovação, até porque as duas pessoas que se pronunciaram foram contrárias, o Relator e o Presidente. A autora do requerimento não está aqui para defendê-lo. Eu quero me pronunciar a respeito e queria que V.Exa. revisse essa aprovação, até porque não deu tempo de eu me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Como eu digo sempre, o Plenário é soberano, o Plenário da CPI é soberano, e o requerimento, nós temos por... Na Comissão de Segurança tive essa postura, todos os requerimentos são submetidos ao Plenário e votados. Temos aqui 4 Parlamentares, a Deputada Vanessa Grazziotin, autora do requerimento, estava aqui até agora e saiu. Vamos submetê-lo à votação. Perguntei ao Dr. Sílvio e ele falou que não tem nenhum problema. Nós podemos também retirá-lo da pauta.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Não, eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Num gesto de consideração também com...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu sugeriria, em consideração à ausência da Deputada, tirar todos os requerimentos de S.Exa. de pauta, nós apreciarmos os demais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Vamos colocar em votação o pedido de retirada de pauta de requerimento feito pelo Deputado Francisco Tenório. Deputado Biscaia.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E até que a Mesa tivesse uma conversa com a Deputada Vanessa, nos termos que já conversamos, para S.Exa. entender o andamento desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Pelo que eu compreendi da reunião realizada ontem e na linha do que foi dito pelo Deputado Paulo Pimenta, que é o Relator, no mês de setembro a CPI estaria direcionada a ouvir autoridades especialistas — estou sugerindo até o nome de uma antropóloga — para fazer um diagnóstico da realidade, e a partir dessa primeira fase é que ela caminharia no sentido de, alguma maneira, entrar em casos específicos, regionais, e assim por



diante. Eu tenho também essa preocupação: uma CPI com essa amplitude, violência urbana, é tudo neste País. Se nós não tivermos uma linha, um direcionamento, ela acaba não alcançando o objetivo que todos nós esperamos. Por isso, se for uma deliberação de V.Exa., do Relator, com o apoio do Plenário, nós poderíamos nos restringir a aprovar esse requerimento dessas pessoas que serviriam para o diagnóstico, ou então aprovar os demais, mas oportunamente tomar diligências, não realizá-las neste momento, senão eu acho que tumultuaria os trabalhos da nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Perfeito, Deputado. nós temos também esta preocupação. Nós temos 2 formas de conduzir a aprovação desses requerimentos: uma, num acordo com os integrantes da CPI, não submetê-los todos ao Plenário. Aí teria que ser um acordo com a maioria dos Parlamentares, porque a direção da CPI é cobrada pelos Parlamentares de submetê-los à vontade da maioria no plenário, como foi o caso dos requerimentos da Deputada Vanessa Grazziotin, que, talvez até por desconhecimento realmente do que nós tratamos na reunião interna e da linha que esta CPI adotaria neste primeiro momento... O outro é submetê-lo e ele ser retirado de pauta, como é a proposição do Deputado Francisco Tenório. O mais coerente é que, por um acordo nosso, só fosse submetido à CPI num primeiro momento, por um acordo de maioria, os requerimentos que adotamos como linha da CPI, que é buscar ouvir especialistas e elementos para podermos avançar da forma mais adequada nas questões específicas e pontuais e regionais para o segundo mês da CPI. Mas hoje, como temos uma pauta, e eu estou passando o olho e vi que alguns são questões pontuais e outros são questões dessa linha adotada e definida pela reunião interna, sugiro ao Plenário — o Deputado Francisco Tenório muito bem o fez — que aqueles que não estiverem enquadrando na linha que definimos ontem que fossem retirados de pauta a pedido de um dos Parlamentares hoje presentes na CPI.

Então vamos colocar em votação o pedido de retirada da pauta do Requerimento nº 1, de 2009, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, pedido de retirada de pauta feito pelo Deputado Francisco Tenório.

Em votação o pedido de retirada de pauta. *(Pausa.)*

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.



A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Presidente, posso? Eu gostaria de fazer uma sugestão porque eu estou de acordo com o encaminhamento que V.Exa. aqui está conduzindo, porque ele está coerente com tudo que foi discutido até aqui, mas, talvez, em vez de usarmos a figura de retirada de pauta, até porque alguns companheiros Deputados e Deputadas não estão aqui, não seria possível sobrestá-los? Porque... Está na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Está na Ordem do Dia, então hoje nós faremos assim, e nós podemos, por maioria, na próxima reunião, dentro de um acordo com a maioria dos integrantes, não submetê-los. A partir daí não submetê-los mais, para não criar mais nenhum tipo de constrangimento. Mas hoje, como está na Ordem do Dia, nós fazemos a retirada de pauta, e a partir de agora... Porque nós também, na Presidência, temos que ter o equilíbrio de não deixar de atender o pleito dos Parlamentares, e a Deputada Vanessa Grazziotin tem cobrado a colocação do requerimentos em votação no plenário.

Então, eu faço essa sugestão, Deputada Iriny. Se V.Exas. concordarem, conduzimos dessa forma. Hoje já está na Ordem do Dia e nós retiramos de pauta. A partir de agora, a linha definida — e estou vendo que com isso aqui a maioria concordou —, a linha definida pelas reuniões internas da CPI é a que adotamos para submeter os requerimentos ao Plenário. Perfeito?

Em votação.

A palavra...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Não, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Em votação o requerimento de retirada de pauta. *(Pausa.)*

Aqueles Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, solicito, em nome da Liderança da Minoria, verificação da votação. Na verdade, Sr. Presidente, a Minoria entende que o que estava previsto era uma outra reunião, uma audiência pública, e os partidos que integram a Minoria não foram então avisados sobre a sessão que estamos realizando aqui. Portanto, estamos solicitando verificação para que possamos ter uma pauta normal, uma pauta em que todos tenham conhecimento previamente. Estamos solicitando verificação. *(Pausa.)*



Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Mendonça Prado, Vice-Líder dos democratas?

O SR. MENDONÇA PRADO - Do Democratas, Vice-Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Dos democratas. Só para esclarecer, a reunião da CPI está publicada na Ordem do Dia. Foi publicado que seria para apreciação de requerimentos e uma audiência pública em seguida. Agora, como Vice-Líder, é direito de V.Exa. colocar... Pelo que eu estou entendendo, nós vamos fazer uma votação nominal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado, eu quero fazer um apelo no seguinte sentido: na semana passada, durante a reunião que nós fizemos, houve um certo consenso a respeito de alguns nomes, para serem inclusive ouvidos nas primeiras reuniões. Nós temos inclusive agendados, já para a próxima terça-feira, um especialista, autor do *Mapa da Violência no Brasil*. Desta reunião participaram representantes dos partidos da Minoria e não foi interposta nenhuma contestação. Esses requerimentos são praticamente uma formalização de uma decisão política consensual já tomada, inclusive com a participação de colegas do PSDB e demais partidos. Esse encaminhamento de V.Exa., regimental, na verdade, pode inclusive comprometer a possibilidade das audiências públicas que estão previstas para a semana que vem.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa. para que, pelo menos quanto àqueles nomes de que nós já tratamos, discutimos esses nomes, Deputado Raul Jungmann, Deputado João Campos, todos nós, tanto na sessão da semana passada, como na reunião administrativa, nós pudéssemos votar esses requerimentos. Como eu estou dizendo, foram discutidos, não foi colocado nenhum óbice, as pessoas já foram contatadas, as audiências públicas já estão agendadas e a manutenção do seu requerimento, antes de podermos pelo menos formalizar aquilo que já decidido,



pode inviabilizar, inclusive, a realização dessas audiências. Quero fazer um apelo a V.Exa. nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. é, indiscutivelmente, um dos Parlamentares mais respeitados desta Casa pela sua postura, pela sua competência. Os demais Parlamentares que integram esta Comissão, sem sombra dúvida, todos eles merecem nosso respeito, são destinatários de uma atenção de todos nós. Entretanto, é bom deixar claro que nós, que compomos os partidos de Oposição, também, concomitantemente ao que acabei de mencionar, estamos obstruindo os trabalhos nesta Casa em função da urgência que foi colocada para o projeto que tramita no plenário da Casa em relação ao pré-sal.

Então, esse também é um dos motivos pelos quais nós estamos em todas as Comissões para mostrar que o objetivo da Minoria é tentar sensibilizar o Governo para os nossos argumentos, a fim de que nós possamos discutir, da melhor maneira possível, um projeto que é muito importante para o nosso País.

Agradeço as observações a V.Exa., mas, infelizmente, em nome dos partidos que fazem a Minoria desta Casa, eu peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Presidente, eu também vou me somar ao apelo do Deputado Mendonça Prado, que é um Deputado que também merece da nossa parte todo o respeito por sua atuação, seja na Comissão de Justiça, seja em outras Comissões e nesta CPI.

Eu faço um apelo para que ao menos os requerimentos referentes à audiência pública a ser realizada hoje e àquela já agendada para terça-feira possam ser aprovados. Porque já estão agendadas pessoas convidadas. Provavelmente aquele que foi convidado para o dia de hoje já está presente. Toda a programação foi feita nesse sentido. Nós estaríamos formalizando, aprovando o requerimento para que a audiência pública pudesse ser realizada. Os demais requerimentos ficariam evidentemente para uma outra oportunidade.

Esse é o apelo que eu também faço ao Deputado Mendonça Prado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - O Deputado Mendonça Prado respondeu ao Deputado Paulo Pimenta. Se quiser responder ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, mas já se negou a...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Em respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - ... se sensibilizar.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Em respeito ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, que é o nosso mestre na Comissão de Constituição e Justiça, eu quero dizer que, infelizmente, eu não estou aqui em uma ação individual. Certamente, se fosse dessa maneira, eu estaria aqui atendendo ao Deputado Biscaia, Deputado por quem tenho profunda admiração. Entretanto, eu estou aqui em nome dos partidos que compõem a Minoria e vim por uma determinação das agremiações partidárias. E, por essa razão, eu sou obrigado a manter o meu pedido de verificação, apesar de não querer causar nenhum constrangimento aos integrantes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Presidente, de igual forma, sei da importância dos trabalhos da CPI, mas, de fato, essa é uma orientação dos partidos de Oposição. O Deputado efetivamente está correto, cumpre aqui uma orientação dos partidos — do PSDB, Democratas, PPS. Eu lamento por nós não podermos dar continuidade neste instante a um trabalho que está programado, planejado. Mas é uma estratégia partidária e que infelizmente nós vamos levar a termo.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Eu acho que rebelde aqui sou só eu, ouviu, Deputado Biscaia? (*Risos.*)

Deputado.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, eu acabei de falar sobre o tema da tribuna desta Casa. Eu gostaria de reafirmar que não me agrada esse processo de obstrução. Aliás, não me agrada processo de obstrução algum. Isso deve ser devido a minha mentalidade cartesiana de soldado durante 35 anos. Mas sou obrigado a reconhecer que a manobra é regimental e que existe legitimidade na



Oposição em utilizar a manobra obstrutiva, porque, de fato, neste momento, a Oposição se sente sufocada na Casa com relação à matéria mencionada aqui.

Não me parece bom, e pelo menos os mais antigos na política me ensinam isso, ou tentam me ensinar isso, de que acordo é feito para ser cumprido. Então, não me parece bom que um acordo, feito no jantar de domingo, seja quebrado na madrugada de segunda-feira. E acaba propiciando esse fato, um fato político relevante, no meu entender, e até certo ponto ofensivo à população de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, que esse princípio, essa regra não escrita da política seja violada, promovendo esse fenômeno de obstrução que, é claro, prejudica a população e, é claro, prejudica os trabalhos desta CPI.

Compreendi muito bem as argumentações do Deputado Biscaia, que são muito adequadas, as argumentações de V.Exa., as argumentações do Deputado Paulo Pimenta. Eu votaria, seguramente, esses requerimentos. Eu não me somaria à obstrução. Mas sou obrigado a reconhecer que é legítimo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós também reconhecemos a legitimidade da...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - ... obstrução. Só não poderíamos deixar de nos somar ao Deputado Paulo Pimenta e ao Deputado Biscaia e dizer que realmente vão ser altamente prejudicados os trabalhos da CPI, já que nós tínhamos um convidado para terça-feira, já pré-agendado, e, por questões regimentais, nós não poderemos fazer a audiência mais na semana que vem. Mas vamos em frente, vamos colocar em votação, Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, eu faria um apelo para que, antes de colocar em votação, pudesse também utilizar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui fazer um apelo também especial ao Deputado Mendonça Prado, porque talvez o pré-sal não tenha a urgência que é requerida pelo Governo Federal. Eu também acho que um assunto de tal magnitude deve ser melhor debatido no Poder Legislativo, na Câmara e no Senado. Até porque nós somos 2



Poderes Legislativos concorrentes entre si e temos apenas 90 dias para debater o pré-sal. Eu até concordo, nesses termos, com o Deputado Mendonça Prado.

Mas faço um apelo no sentido de que mais urgente do que isso é o controle da violência no Brasil. Esta CPI tem o objetivo principal, primordial de entender quais as causas de violência, de estudar o que é que está ocorrendo com a população brasileira. E, enquanto ficamos aqui exercendo a política da obstrução, milhares de crianças e adolescentes, de pessoas, estão morrendo no Brasil. Nós precisamos, rapidamente, ter um diagnóstico disso e apresentar políticas públicas que venham a parar com essa situação.

Eu confesso a V.Exas. que hoje eu tinha uma programação fora desta Casa. Suspendi essa programação para participar desta Comissão, não só da discussão pública, da audiência pública, mas também da aprovação desses requerimentos, para poder, através dessa aprovação, dar continuidade às demais audiências públicas. Então, em nome da urgência, em nome da população brasileira que hoje vê seus filhos morrendo sem entender o porquê, em nome do controle dessa violência brutal, faço um apelo ao Deputado Mendonça Prado para que entenda este momento, até porque demais Deputados da minoria, da Oposição desta Casa participaram de reuniões administrativas. Nessas reuniões ficou decidido que o encaminhamento da CPI seria esse que estamos dando.

Então, deixo aqui esse apelo para que repensemos essa posição, em nome de toda a população do nosso Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Colocada também a manifestação do Deputado Francisco Tenório, vamos à votação dos pedidos de...

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, acho que nem precisa da verificação, porque começou a Ordem do Dia, segundo sinalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Albérico Filho.

Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sou favorável à retirada. Estamos discutindo a retirada. Sou favorável à retirada hoje. V.Exa. está submetendo à votação o pedido de retirada, a minha...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Não, estou submetendo à votação o *quorum*, a verificação de *quorum*.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sim, mas é...

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - É uma votação da retirada.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Pedido de retirada. Estou de acordo. O meu voto é sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, sou autora do requerimento. Cheguei agora e peço desculpas. Fui atender a uma rádio, por isso demorei. Estava debatendo com o bispo da minha cidade. Como autora do requerimento, parece que está sendo votada a retirada de um requerimento meu. Eu posso retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputada, foi um acordo de plenário e podemos explicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se não for nesse, vai ser no outro o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Vai ser pedida verificação. É uma obstrução.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É uma obstrução básica, é uma bobagem básica. Perfeito.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, em função de ter começado a Ordem do Dia, é natural que se suspenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Aqui não está apontando para a Ordem do Dia.

Deputado Arnaldo Faria de Sá. (*Pausa.*)

Deputada Iriny Lopes.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Pela retirada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado José Carlos Araújo. (*Pausa.*)

Deputado Luiz Alberto. (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Itagiba. (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Melo. (*Pausa.*)

Deputado Pastor Pedro Ribeiro. (*Pausa.*)



Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Simão Sessim. (*Pausa.*)

Deputado Vilson Covatti. (*Pausa.*)

Deputado Alexandre Silveira, "sim".

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*)

Deputado João Campos. (*Pausa.*)

Deputado João Maia. (*Pausa.*)

Deputado Major Fábio. (*Pausa.*)

Deputado Raul Jungmann. (*Pausa.*)

Deputado Rogerio Lisboa. (*Pausa.*)

Deputado William Woo. (*Pausa.*)

Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Severiano Alves. (*Pausa.*)

Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pela retirada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Fernando Gabeira. (*Pausa.*)

Deputado Décio Lima. (*Pausa.*)

Deputado Domingos Dutra. (*Pausa.*)

Deputado Francisco Praciano. (*Pausa.*)

Deputado Laerte Bessa. (*Pausa.*)

Deputado Luiz Carlos Busato. (*Pausa.*)

Deputado Neilton Mulim. (*Pausa.*)

Deputado Jorginho Maluly. (*Pausa.*)

Deputado Marina Maggesi. (*Pausa.*)

Deputada Manuela d'Ávila. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Rubem Santiago. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Suplentes, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado, 3 titulares votaram no Bloco PMDB/PT/PP/PR. (*Pausa.*) Seis Deputados votaram pela retirada de pauta e 2 Deputados se manifestaram pela obstrução.

Portanto, como não há *quorum* regimental, nós encerraremos a sessão, no entanto, convocando reunião para a próxima terça-feira.

Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, se V.Exa me permite, não é nenhuma deliberação nem nada, mas uma sugestão. Porque eu percebo, olhando os requerimentos apresentados, que alguns sugerem audiências públicas que dependem de deliberação. Entretanto, outros solicitam informações.

Que sejam todos eles transformados num ofício de V.Exa. e do nobre Relator, porque assim adiantam nossos trabalhos. São informações acerca de dados a serem encaminhados a Secretários de Segurança, enfim, a Ministérios. Que isso seja transformado em ofício de V.Exa., administrativo, juntamente com o nobre Relator, porque assim adiantam os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação ao Deputado João Campos e ao Deputado Marcelo Itagiba, no sentido de que nós pudéssemos tentar fazer uma discussão com as Lideranças da Minoria, a fim de tentar preservar nossa CPI dessa questão da obstrução.

Eu acho que tivemos a oportunidade de conversar na primeira reunião que esta CPI é uma CPI que tem características diferentes. Nós compusemos aqui um grupo que não colocou na pauta a questão da disputa política partidária, a questão eleitoral.

Nós estamos tratando aqui do tema da violência urbana, do tema do crime organizado, em nenhum momento, nas reuniões que ocorreram até agora, mesmo reuniões administrativas, não existiu qualquer tipo de tensionamento do tipo Governo/Oposição. Nem sequer questionamos entre nós. Em nenhum momento atuamos aqui como se fossem 2 blocos, exatamente por uma compreensão de que esse tema inclusive não é um tema de governo, é um tema de Estado.



Creio eu que será muito ruim a repercussão para a sociedade brasileira que nós, com uma audiência pública marcada, com requerimentos a serem votados, com temas que não fazem parte do debate político do País, com um bom *quorum*, tenhamos... Entendo a questão regimental, mas eu acho que, do ponto de vista da população, é difícil as pessoas entenderem. Nós aqui reunidos, um número significativo de Deputados, e acabar tendo esse desfecho a reunião.

Então, eu queria fazer um apelo para que pudéssemos ter uma conversa com as Lideranças, no sentido de ver a possibilidade de deixar pelo menos a CPI da Violência Urbana fora dessa questão. Que pudesse ficar dentro desse entendimento de que aqui não há, pelo menos essa é a minha compreensão como Relator, nenhuma intenção de transformar este espaço aqui num espaço de embate entre Governo e Oposição ou coisa do gênero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - O Deputado William Woo está inscrito e depois Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. A sessão caiu ou não? Se caiu a sessão, temos que encerrar, e vamos cuidar de outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - A sessão caiu, Deputado. Nós já declaramos até a sessão encerrada. O problema que está sendo um pedido informal da Deputada Vanessa Grazziotin. Agora o Deputado William Woo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Então, eu agradeço e vou ter que me retirar.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, primeiramente, não usamos a palavra anteriormente até para agilizar o processo de votação e as pessoas ficarem livres e se dirigirem aos seus Estados.

Mas a questão da obstrução é que é a única ferramenta de que a minoria utiliza para se fazer respeitar nesta Casa. Ouço o discurso de vários Parlamentares da base governista, ou seja, da Maioria desta Casa, que são favoráveis que o pré-sal seja discutido amplamente, que a questão não seja em regime de urgência. Muitos Parlamentares não sabem que temos somente 5 sessões — está encerrando



— para apresentar emendas, principalmente a criação do Fundo Social. Pouco se discutiu no pré-sal que o mundo caminha para energias alternativas, como os carros híbridos, que hoje são movidos a bateria e que muito confundem. Acham que a bateria é o auxiliar. É o contrário. Ele é movido a bateria e o combustível fóssil é utilizado quando acaba a bateria.

Hoje a energia eólica no País não é aproveitada. Quanto aos nossos recursos hídricos, Angra trabalha no limite do seu potencial e também não há expansão. Se só vamos extrair realmente os dividendos sobre o pré-sal, se formos rápidos, daqui 5 ou 7 anos, por que temos que discutir na Câmara dos Deputados em 45 dias? Por que não deixam este segundo semestre para debatermos uma outra coisa de tanta importância?

Eu sou de São Paulo. Por que chamar somente os 3 Governadores, se é que vamos realmente encontrar toda essa riqueza. E se essa riqueza realmente — e todos nós torcemos para isso — existir, eu acho que é o momento de mudar a Nação. Por que convidar somente 3 representantes? Por que o Presidente da República chamou somente 3 Presidentes? Somos uma Federação. E já que a base governista quer tanto o nosso apoio, queremos um acordo sim. Queremos não interromper a CPI, queremos não interromper nenhuma Comissão Permanente, que são os trabalhos mais importantes de todos os Parlamentares, mas que venham conosco também nessa luta para tirar o regime de urgência dos projetos.

É bonito pedir à Minoria — como o próprio nome fala, somos minoria — que não use o único instrumento que nós temos, que é a obstrução, que não venha nos apoiar neste momento. E eu tenho certeza de que muitos dos Parlamentares da base governista, quando se sentarem para discutir esse projeto, terão muitas opiniões positivas sobre isso, inclusive nós, da segurança pública.

Quero parabenizar o Relator, Deputado Paulo Pimenta, que atua muito nesta área. Será que se não vier um dinheiro muito pesado, e V.Exa. conhece muito bem sobre isso, o Presidente também, resolveremos o sistema penitenciário? Imaginem se tivéssemos do fundo? Vai que esse fundo chegue a *royalties* — hoje estão falando em 20, 30 bilhões de dólares/ano —, será que não conseguimos resolver o sistema penitenciário, ou vamos deixar na mão dos governadores, e todo mundo



sabe que penitenciária não dá voto nenhum? Quem investir nesse sistema não vai retornar no seu mandato, não vai dar continuidade ao seu plano de governo.

Então, eu pediria também o apoio a todos. Entristece-me realmente paralisar a CPI, mas é o único instrumento que temos. Peço desculpas aos nobres Parlamentares, mas, na qualidade de Vice-Líder do PSDB, também assumo a responsabilidade de demonstrar que o PSDB hoje não quer trazer a questão política no assunto do pré-sal. Queremos é participar. Podemos até dar um prazo de discussão, tudo isso, mas 45 dias... Eu estou agora dando entrada em minhas emendas, correndo. Vou passar hoje a ver todas emendas que eu posso apresentar, porque são 5 sessões... Eu não vou querer que a minha emenda seja o Relator que apresente. Eu quero apresentar, dar minha sugestão. Será que eu vou conseguir, nesse tempo tão curto, estudar esses 4 projetos e até o que pode atingir o pré-sal?

Então, eu peço desculpas. Como Deputado da CPI, queremos a produção, e ontem tivemos uma reunião de trabalho, mas o único instrumento que a Minoria tem é a obstrução.

Agradeço, Presidente, a oportunidade da palavra. Sei que já havia sido encerrada a sessão, mas eu não queria atrapalhar o momento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu não diria que ninguém tem mais do que eu, mas eu não tenho menos do que ninguém interesse em discutir essa questão do pré-sal, até porque o meu Estado é um dos grandes produtores de petróleo neste País e colhe os benefícios e os malefícios que essa extração proporciona.

Quando se discutiu a questão do modelo de extração no Brasil, quando nós fomos para o modelo de concessões, nós o fizemos dentro de uma perspectiva, e se estabeleceu um marco legal, uma norma remuneratória e compensatória.

No que diz respeito à questão dos *royalties*, é bom não deixar de lembrar — pena que o nosso companheiro de São Paulo não esteja mais aqui — a discussão que se deu no que diz respeito ao ICMS do petróleo. Não há produto neste País cujo ICMS não seja cobrado na origem, exceto energia, e especificamente o petróleo,



que é cobrado no lugar de destino, subtraindo do meu Estado em torno de 800 milhões de reais por mês. Repito, subtraindo do meu Estado 800 milhões de reais por mês.

Essa é a razão pela qual foram estabelecidos os *royalties*, e hoje querem transformar isso numa verdadeira batalha dentro da Federação. Não se esqueçam aqueles que não têm petróleo de que amanhã poderão tê-lo, e poderão ter os mesmos benefícios e os mesmos problemas. Mas não vejo nisso razão para paralisar o trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objeto atacar um dos maiores males deste País, que é a questão da violência urbana.

A população não quer saber dessa questão no que diz respeito à paralisação dos trabalhos desta Casa, que pode sim ter a obstrução por parte da Oposição, mas o lugar de fazer essa obstrução é lá no plenário, impedindo a votação de determinadas leis. E essa obstrução não quer dizer que trará benefício, porque o tempo está correndo. E, com o tempo correndo, ele corre é a favor daqueles que propugnam pela mudança, e não a favor daqueles que são contra essa mudança. Eu mesmo tenho sérias dúvidas no que diz respeito à mudança do regime de exploração.

Quanto à questão dos *royalties*, não tenho nenhuma dúvida, acho que é direito e esse direito tem que ser assegurado aos Estados produtores. Mas, quanto ao modelo, eu acho que ele tem que ser melhor enfrentado e melhor discutido.

O PMDB está modificando a sua posição, pelo menos é isso que eu tenho entendido do que tenho conversado com o Líder do PMDB, no sentido de que se retire a urgência e que se permita uma discussão ampla. Parece-me que nós iremos para a razoabilidade, porque me parece isso ser o mais correto e o mais razoável, sob pena de eu ter de me posicionar nesta Casa contra qualquer tipo de mudança oferecida hoje pelo Governo, e o farei no plenário. Não porque esteja convicto, mas porque não me foi dado prazo suficiente para sopesar as coisas e adotar uma medida. Mas jamais adotarei uma medida que seja contra os interesses da população do meu Estado.

Por isso, eu lamento que nós não possamos continuar com este trabalho, que é vital e importante para o povo do País, que sofre com a violência, sofre todos os



dias, em todos os Estados, em todos os recantos do País com esse fenômeno da violência.

E se nós não fizermos o diagnóstico correto, não poderemos aplicar o remédio adequado. O remédio só pode ser dado após o diagnóstico ter sido feito, e acho que nós temos uma grande oportunidade de fazê-lo com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, muito bem presidida por V.Exa. e relatada pelo Deputado Paulo Pimenta.

Portanto, lamento esse posicionamento. Essa obstrução aqui não traz nenhum benefício ao País, não traz nenhum benefício à discussão que se faz no plenário, porque essa obstrução há que ser feita lá, no plenário, se é que é a melhor tática e a melhor estratégia. Ali é que se dá a obstrução; não aqui, onde nós fazemos nosso trabalho do dia a dia em defesa do interesse da população.

Lamento essa postura dos partidos de oposição. Até me coloco com algumas de suas teses, mas não posso me colocar com a tese que ora aqui foi apresentada, de não permitir que nós façamos nosso trabalho numa Comissão que nada tem a ver com a questão que se discute naquele plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Mais uma vez coloca suas firmes posições esse lúcido Parlamentar, nosso companheiro e amigo Deputado Marcelo Itagiba.

Nada mais havendo a tratar, portanto, encerro esta Comissão, que não promoverá a audiência pública de hoje e a aprovação dos requerimentos, devido à obstrução regimental feita pelos partidos de oposição. Porém, convoco reunião para a próxima terça-feira, às 14h, com a seguinte ordem do dia: aprovação dos requerimentos constantes da pauta e audiência pública em seguida.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião.